

22. A QUEDA: O PECADO ORIGINAL – A VITÓRIA SOBRE O MAL

396-421



Introdução

Depois de ter introduzido o tema do “mistério da iniquidade”, só explicável à luz do “mistério da piedade” (385), de sua realidade e sua verdade (386-389) e do pecado dos anjos (391-395), o catecismo retorna à história das origens do homem.

Texto 396-421

PRIMEIRA PARTE

SEGUNDA SEÇÃO

CAPÍTULO I

PARÁGRAFO 7: A QUEDA

III. O pecado original

A liberdade posta à prova

396. Deus criou o homem à sua imagem e o constituiu em sua amizade. Criatura espiritual, o homem só pode viver esta amizade como livre submissão a Deus. E o que exprime a proibição, feita ao homem, de comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, “pois, no dia em que dela comeres, terás de morrer” (Gn 2,17). “A árvore do conhecimento do bem e do mal” (Gn 2,17) evoca simbolicamente o limite intransponível que o homem, como criatura, deve livremente reconhecer e respeitar com confiança. O homem depende do Criador, está submetido às leis da criação e às normas morais que regem o uso da liberdade.

(Parágrafos relacionados: 1730, 311, 301)

O primeiro pecado do homem

397. O homem, tentado pelo Diabo, deixou morrer em seu coração a confiança em seu Criador e, abusando de sua liberdade, desobedeceu ao mandamento de Deus. Foi nisto que consistiu o primeiro pecado do homem. Todo pecado, daí em diante, ser uma desobediência a Deus e uma falta de confiança em sua bondade.

(Parágrafos relacionados: 1707, 2541, 1850, 215)



398. Neste pecado, o homem preferiu a si mesmo a Deus, e com isso menosprezou a Deus: optou por si mesmo contra Deus, contrariando as exigências de seu estado de criatura e conseqüentemente de seu próprio bem. Constituído em um estado de santidade, o homem estava destinado a ser plenamente “divinizado” por Deus na glória. Pela sedução do Diabo, quis “ser como Deus”, mas “sem Deus, e antepondo-se a Deus, e não segundo Deus”.

(Parágrafos relacionados: 2084, 2113)

399. A Escritura mostra as conseqüências dramáticas desta primeira desobediência. Adão e Eva perdem de imediato a graça da santidade original. Têm medo deste Deus, do qual fizeram uma falsa imagem, a de um Deus enciumado de suas prerrogativas.

400. A harmonia na qual estavam, estabelecida graças à justiça original, está destruída; o domínio das faculdades espirituais da alma sobre o corpo é rompido; a união entre o homem e a mulher é submetida a tensões; suas relações serão marcadas pela cupidez e pela dominação (cf. Gn 3,16). A harmonia com a criação está rompida: a criação visível tornou-se para o homem estranha e hostil. Por causa do homem, a criação está submetida “à servidão da corrupção”. Finalmente, vai realizar-se a conseqüência explicitamente anunciada para o caso de desobediência: o homem “voltará ao pó do qual é formado”. A morte entra na história da humanidade.

(Parágrafos relacionados: 1607, 2514, 602, 1008)

401. A partir do primeiro pecado, uma verdadeira “invasão” do pecado inunda o mundo: o fratricídio cometido por Caim contra Abel; a corrupção universal em decorrência do pecado; na história de Israel, o pecado se manifesta frequentemente e sobretudo como uma infidelidade ao Deus da Aliança e como transgressão da Lei de Moisés; e mesmo após a Redenção de Cristo, entre os cristãos, o pecado se manifesta de muitas maneiras. A Escritura e a Tradição da Igreja não cessam de recordar a presença e a universalidade do pecado na história do homem.

(Parágrafos relacionados: 1865, 2259, 1739)

O que nos é manifestado pela Revelação divina concorda com a própria experiência. Pois o homem, olhando para seu coração, descobre-se também inclinado ao mal e mergulhado em múltiplos males que não podem provir de seu Criador, que é bom. Recusando-se muitas vezes a reconhecer Deus como seu princípio, o homem destruiu a devida ordem em relação ao fim último e, ao mesmo tempo, toda a sua harmonia consigo mesmo, com os outros homens e com as coisas criadas.



Consequências do pecado de Adão para a humanidade

402. Todos os homens estão implicados no pecado de Adão. São Paulo o afirma: “Pela desobediência de um só homem, todos se tornaram pecadores” (Rm 5,19). “Como por meio de um só homem o pecado entrou no mundo e, pelo pecado, a morte, assim a morte passou para todos os homens, porque todos pecaram...” (Rm 5,12). A universalidade do pecado e da morte o Apóstolo opõe a universalidade da salvação em Cristo: “Assim como da falta de um só resultou a condenação de todos os homens, do mesmo modo, da obra de justiça de um só (a de Cristo), resultou para todos os homens justificação que traz a vida” (Rm 5,18).

(Parágrafos relacionados: 430, 605)

403. Na linha de São Paulo, a Igreja sempre ensinou que a imensa miséria que oprime os homens e sua inclinação para o mal e para a morte são incompreensíveis, a não ser referindo-se ao pecado de Adão e sem o fato de que este nos transmitiu um pecado que por natureza nos afeta a todos e é “morte da alma”. Em razão desta certeza de fé, a Igreja ministra o batismo para a remissão dos pecados mesmo às crianças que não cometeram pecado pessoal.

(Parágrafos relacionados: 2606, 1250)

404. De que maneira o pecado de Adão se tornou o pecado de todos os seus descendentes? O gênero humano inteiro é em Adão “*sicut unum corpus unius hominis* – como um só corpo de um só homem” Em virtude desta “unidade do gênero humano”, todos os homens estão implicados no pecado de Adão, como todos estão implicados na justiça de Cristo. Contudo, a transmissão do pecado original é um mistério que não somos capazes de compreender plenamente. Sabemos, porém, pela Revelação, que Adão havia recebido a santidade e a justiça originais não exclusivamente para si, mas para toda a natureza humana: ao ceder ao Tentador, Adão e Eva cometem um pecado pessoal, mas este pecado afeta a Natureza humana, que vão transmitir em um estado decaído. É um pecado que será transmitido por propagação à humanidade inteira, isto é, pela transmissão de uma natureza humana privada da santidade e da justiça originais. É por isso que o pecado original é denominado “pecado” de maneira analógica: é um pecado “contraído” e não “cometido”, um estado e não um ato.

(Parágrafos relacionados: 360, 50)

405. Embora próprio a cada um, o pecado original não tem, em nenhum descendente de Adão, um caráter de falta pessoal. É a privação da santidade e da justiça originais, mas a natureza humana não é totalmente corrompida: ela é lesada em suas próprias forças naturais, submetida à ignorância, ao sofrimento e ao império da morte, e inclinada ao pecado (esta propensão ao mal é chamada “concupiscência”). O Batismo, ao conferir a vida da graça de Cristo, apaga o pecado original e faz o homem voltar para Deus. Porém, as consequências de tal pecado sobre a natureza, enfraquecida e inclinada ao mal, permanecem no homem e o incitam ao combate espiritual.

(Parágrafos relacionados: 2515, 1264)

406. A doutrina da Igreja sobre a transmissão do pecado original adquiriu precisão sobretudo no século V, em especial sob o impulso da reflexão de Santo Agostinho contra o pelagianismo, e no século XVI, em oposição à Reforma protestante. Pelágio sustentava que o homem podia, pela força natural de sua vontade livre, sem a ajuda necessária da graça de Deus, levar uma vida moralmente boa; limitava assim a influência da falta de Adão à de um mau exemplo. Os primeiros Reformadores protestantes, ao contrário, ensinavam que o homem estava radicalmente pervertido e sua liberdade anulada pelo pecado original: identificavam o pecado herdado por cada homem com a tendência ao mal (“*concupiscentia*”), que seria insuperável. A Igreja pronunciou-se especialmente sobre o sentido do dado revelado no tocante ao pecado original no segundo Concílio de Orange, em 529, e no Concílio de Trento em 1546.



Um duro combate...

407. A doutrina sobre o pecado original ligada à doutrina da Redenção por meio de Cristo propicia um olhar de discernimento lúcido sobre a situação do homem e de sua ação no mundo. Pelo pecado dos primeiros pais, o Diabo adquiriu certa dominação sobre o homem, embora este último permaneça livre. O pecado original acarreta a “servidão debaixo do poder daquele que tinha o império da morte, isto é, do Diabo”. Ignorar que o homem tem uma natureza lesada, inclinada ao mal, dá lugar a graves erros no campo da educação, da política, da ação social e, dos costumes.

(Parágrafos relacionados: 2015, 2852, 1888)

408. As consequências do pecado original e de todos os pecados pessoais dos homens conferem ao mundo em seu conjunto uma condição pecadora, que pode ser designada com a expressão de São João: “O pecado do mundo” (Jo 1,29). Com esta expressão quer-se exprimir também a influência negativa que exercem sobre as pessoas as situações comunitárias e as estruturas sociais, que são o fruto dos pecados dos homens.

(Parágrafo relacionado: 1865)

409. Esta situação dramática do mundo, que “inteiro está sob o poder do Maligno” (1Jo 5,19), faz da vida do homem um combate.

(Parágrafo relacionado: 2516)

Uma luta árdua contra o poder das trevas perpassa a história universal da humanidade. Iniciada desde a origem do mundo, vai durar até o último dia, segundo as palavras do Senhor. Inserido nesta batalha, o homem deve lutar sempre para aderir ao bem; não consegue alcançar a unidade interior senão com grandes lutas e o auxílio da graça de Deus.



IV. “Não o abandonaste ao poder da morte”

410. Depois da queda, o homem não foi abandonado por Deus. Ao contrário, Deus o chama e lhe anuncia de modo misterioso a vitória sobre o mal e o soerguimento da queda. Esta passagem do Gênesis foi chamada de “protoevangelho”, por ser o primeiro anúncio do Messias redentor, a do combate entre a serpente e a Mulher e a vitória final de um descendente desta última.

(Parágrafos relacionados: 55, 705, 1609, 2568, 675)

411. A tradição cristã vê nesta passagem um anúncio do “novo Adão”, que, por sua “obediência até a morte de Cruz” (Fl 2,8), repara com superabundância a desobediência de Adão. De resto, numerosos Padres e Doutores da Igreja veem na mulher anunciada no “protoevangelho” a mãe de Cristo, Maria, como “nova Eva”. Foi ela que, primeiro e de uma forma única, se beneficiou da vitória sobre o pecado conquistada por Cristo: ela foi preservada de toda mancha do pecado original e durante toda a vida terrestre, por uma graça especial de Deus, não cometeu nenhuma espécie de pecado.

(Parágrafos relacionados: 359, 615, 491)

412. Mas por que Deus não impediu o primeiro homem de pecar? São Leão Magno responde: “A graça inefável de Cristo deu-nos bens melhores do que aqueles que a inveja do Demônio nos havia subtraído”. E Santo Tomás de Aquino: “Nada obsta a que a natureza humana tenha sido destinada a um fim mais elevado após o pecado. Com efeito, Deus permite que os males aconteçam para tirar deles um bem maior. Donde a palavra de São Paulo: Onde abundou o pecado superabundou a graça” (Rm 5,20). E o canto do *Exultet*: “Ó feliz culpa, que mereceu tal e tão grande Redentor”.

(Parágrafos relacionados: 310, 395, 272, 1994)

Resumindo

413. *“Deus não fez a morte, nem tem prazer em destruir os viventes... Foi pela inveja do Diabo que a morte entrou no mundo” (Sb 1,13, 2,24).*

414. *Satanás ou o Diabo, bem como os demais demônios, são anjos decaídos por terem se recusado livremente a servir a Deus a seu desígnio. Sua opção contra Deus é definitiva. Eles tentam associar o homem à sua revolta contra Deus.*

415. *“Constituído por Deus em estado de justiça, o homem, instigado pelo Maligno, desde o início da história, abusou da própria liberdade. Levantou-se contra Deus, desejando atingir seu objetivo fora dele”.*

416. *Por seu pecado, Adão, na qualidade de primeiro homem, perdeu a santidade e a justiça originais que havia recebido de Deus não somente para si, mas para todos os seres humanos.*

417. *À sua descendência, Adão e Eva transmitiram a natureza humana ferida por seu primeiro pecado, portanto privada da santidade e da justiça originais. Esta privação é denominada “pecado original”.*

418. *Em consequência do pecado original, a natureza humana está enfraquecida em suas forças, submetida à ignorância, sofrimento e à dominação da morte, e inclinada ao pecado (inclinação chamada de “concupiscência”).*

419. *“Afirmamos, portanto, com o Concílio de Trento, que o pecado original é transmitido com a natureza humana, ‘não por imitação, mas por propagação’, e que ele é, portanto, próprio de cada um”.*

420. *A vitória sobre o pecado, conseguida por Cristo, deu-nos bens melhores do que aqueles que o pecado nos havia tirado: “Onde avultou o pecado, a graça superabundou” (Rm 5,20).*

421. *“Segundo a fé dos cristãos, este mundo foi criado e conservado pelo amor do Criador; na verdade, este mundo foi reduzido à servidão do pecado, mas Cristo crucificado e ressuscitado quebrou o poder do Maligno e libertou o mundo...”.*



Revisando temas

1. O Pecado Original

O parágrafo 396 retoma o que já fora dito anteriormente (cf. 374-379) sobre o homem no paraíso. Deus constituiu o homem na sua amizade, e essa amizade não pode ser imposta; ela só pode existir se o homem a aceitar livremente. Essa amizade, dado que o homem recebeu tudo de Deus, tem o significado da grata submissão. A proibição divina de não comer da árvore do conhecimento do bem e do mal tem um significado profundo: o homem morrerá se quiser se rebelar contra Deus, se quiser se tornar como Deus, conhecendo o que somente compete a Ele conhecer (cf. Gn 3,5.22). A ordem divina não é arbitrária: mostra que o homem pode viver somente na dependência do Criador.

O homem desobedeceu a Deus, porque deixou de ter confiança nEle. Quis, instigado pela serpente, viver sendo como Deus, isto é, sem referência a Deus que o fez. O primeiro pecado, além de ser fonte de tantos outros males, é, ao mesmo tempo, o exemplo, o paradigma de todo pecado: o homem quer se afirmar contra Deus, por isso o desobedece, esquecendo-se do fato de que pode viver somente se se abandona com confiança a Deus que o ama. Autoafirmação que leva à desobediência porque o homem não se convence que a sua felicidade está unicamente em Deus.

Buscando ser como Deus, o homem come do fruto da árvore proibida. Mas a grandeza que o homem ambicionava já tinha sido oferecida a ele: tendo sido criado à imagem e semelhança divina, na graça de Deus, ser “deus” era e é o seu destino. Mas, como diz de maneira expressiva Máximo o Confessor, o homem quis ser Deus sem Deus, e não segundo Deus. Quis, por sua própria conta, usurpar, sem acolher como dom, o ser “deus”. Daqui deriva a fonte de tantos males para o homem.

O livro do Gênesis mostra as conseqüências do pecado do homem. O parágrafo 399 se concentra no essencial: a perda da amizade com Deus e da sua “graça”, que constituía o núcleo essencial da condição do homem no paraíso. Notamos que as outras indicações desse parágrafo se referem à deterioração da relação com Deus: o homem e a mulher têm medo dEle, fazem uma imagem falsa do Criador. A santidade e a justiça consistem na amizade com Deus, a perda dessa condição consiste na destruição dessa relação harmoniosa.

Se da santidade e da graça do paraíso provêm todos os outros dons que o homem desfrutava, não é de se admirar o fato que, exatamente com a perda dessa harmonia na relação com Deus, se percam também todos os outros bens (400). Em primeiro lugar, a harmonia do homem consigo mesmo, o domínio de si, o controle de suas paixões, etc. Rompe-se a harmonia com o próximo, já na própria vida conjugal (cf. Gn 3,11-13.16) e em todas as outras expressões da vida social. Por fim, perde-se a harmonia com a criação e com a natureza. Mesmo que Deus não tenha castigado imediatamente o homem e a mulher pecadores com a morte, uma das mais terríveis conseqüências do pecado, segundo a narrativa do Gênesis, é aquela que o homem deve retornar ao pó do qual ele veio. O castigo anunciado pelo Senhor se realiza, mesmo que sua execução seja postergada. “Por causa de um só homem, o pecado entrou no mundo e com o pecado a morte” (Rm 5,12). Devemos levar em conta que, na mentalidade bíblica, a morte não significa somente o fato biológico, mas também a separação de Deus que se exprime na morte física. A partir dessa concepção, aparece mais claramente como para os hagiógrafos a morte esteja unida intrinsecamente à perda da santidade e da justiça original e da amizade com Deus.



O pecado gera pecado. Isso aparece já no início da história. As conseqüências do pecado de Adão e Eva, além da expulsão do paraíso e à nova situação vital em que eles se acham, se mostram nos novos pecados que se cometem. Conseqüência do novo estado de abandono de Deus em que se encontra o homem fora do paraíso é sobretudo o fratricídio de Caim que mata o seu irmão Abel e, depois, o crescimento da massa de pecado que chega a causar o “arrepentimento” de Deus por ter criado o homem sobre a terra. Vem o dilúvio, do qual se salvam poucos, mas mesmo assim a história do pecado no mundo não é impedida. O pecado de Adão e Eva é o início de uma história e de uma cadeia de pecado que avassalará toda a humanidade. Foi observado anteriormente que o pecado de Adão é o paradigma ou o modelo de todo pecado. Vê-se agora que é mais do que isso: é também o pecado que desencadeou uma força que devasta e envolve todos os homens. É muito significativo que o Catecismo faça referência a esse problema. Com efeito, às vezes, no contexto da doutrina do pecado original, foi tratado somente o problema de como a criança que vem a este mundo contraia o pecado. Essa questão e outras a ela ligadas não são esquecidas. Mas além delas, o Catecismo indica que também essa concatenação de pecados, essa universalidade do pecado, deve ser vista em relação com a ruptura original da amizade com Deus ocasionada pelo pecado das origens da humanidade. Recordemos que o Magistério da Igreja falou das “estruturas de pecado” (cf. João Paulo II, *Sollicitudo rei socialis*). Mesmo que não se trate exatamente da mesma coisa, há sem dúvida uma relação entre a universalidade do pecado na história humana e o fato de que o “pecado” se introduza nas estruturas da sociedade e da convivência humana.

É eloqüente a citação de GS que fecha a seção. A revelação divina nos esclarece o senso profundo da experiência que o homem faz de si mesmo e do mundo no qual vive: a divisão, a inclinação ao mal, que o bom senso rejeita de atribuir ao Criador bom que deu origem a tudo.

Depois do pecado de Adão, produziu-se a invasão do pecado no mundo. O Catecismo dá um passo adiante: vê a estreita ligação que há entre o pecado de Adão e os homens pecadores. A doutrina do pecado original, como já foi dito anteriormente, se insere na doutrina da redenção e se relaciona com ela. Por isso são feitas citações paulinas no parágrafo 402 que falam da universalidade do pecado como conseqüência do pecado de Adão e, ao mesmo tempo, da universalidade da salvação em Cristo. O Catecismo se move, portanto, nas coordenadas paulinas. Deve-se tê-las sempre presentes para uma justa interpretação de todas as afirmações do mesmo Catecismo.

O parágrafo 403 repete algumas afirmações já conhecidas. Os males que afligem o homem, de maneira particular a sua inclinação ao mal, não podem ser compreendidos sem relação com o pecado de Adão nem prescindindo do fato de que ele “nos transmitiu um pecado” que diz respeito a todos nós desde o nosso nascimento e que é a “morte da alma”. Devemos nos deter para comentar essa afirmação de indubitável interesse teológico. Seguindo os ensinamentos da Igreja, especialmente os de Trento, o texto diz que, como conseqüência do pecado de Adão, o homem é “pecador” ainda antes de uma sua livre escolha. Em seguida será examinado de maneira mais precisa o senso desse ser pecador. Por agora retenhamos o fato: por causa do pecado de Adão, e pelo próprio fato do nascimento, ao homem é transmitido um pecado. Por isso a criança, que ainda não pôde pecar pessoalmente, é realmente batizada “para a remissão dos pecados”. O Concílio de Trento afirma que essa fórmula, inclusive no caso da criança, é verdadeira e não falsa (cf. DS 1514).

O parágrafo 404 enfrenta o ponto mais difícil da doutrina do pecado original: como o pecado de Adão pode ser o pecado de todos? A resposta é naturalmente muito matizada e é dada em diversos momentos. Em primeiro lugar se fala da unidade da natureza humana a que o Catecismo já tinha feito referência anteriormente (cf. 360-361): unidade em Adão e unidade em Cristo. Portanto é a unidade de todos os homens que faz com que todos estejam implicados na culpa de Adão assim como na justificação de Cristo. Essa primeira e necessária observação abre caminho para a segunda: não podemos encontrar uma explicação racional totalmente compreensível do modo em que esse pecado original se transmita a nós. A terceira observação, pressupostas as duas precedentes, retoma o dado da revelação: Adão e Eva receberam uma justiça original não somente para si, mas também para seus descendentes. Isto é, na sua obediência ao desígnio de Deus e possuindo pessoalmente a graça, deviam ser de alguma forma os “transmissores” desse estado de justiça e de santidade. Com o pecado, que neles é “pessoal”, fizeram com que os outros se encontrem privados da graça, uma vez que a natureza humana que eles transmitiram está privada dela. Temos aqui um caso muito especial de algo que acontece também em âmbitos normais e de menor importância. Pressuposta a unidade de todo o gênero humano no desígnio de Deus, o bem e o mal que cada um de nós realiza não é importante somente para nós. Diz respeito também, de um modo ou de outro, a todos os outros. O pecado das origens, portanto, pôde provocar essa privação da graça em todos, porque os nossos progenitores tinham sido chamados, na obediência a Deus, a comunicar a todos a graça e a amizade divina transmitindo a vida humana, a “natureza”. Dado que essa “mediação” fracassou, o homem vem ao mundo privado da santidade e da justiça. O pecado das origens interrompeu essa comunicação do amor que Deus queria nos fazer através da mediação de Adão e Eva. O

esclarecimento das últimas linhas é importantíssimo: o pecado original é real em nós, mas é denominado “pecado de maneira analógica” em relação ao pecado pessoal, isto é, não é um pecado que nós tenhamos “cometido”; nós o “contraímos” no modo como já anteriormente explicado. Não é um ato, mas um estado no qual nos encontramos independentemente de nossa vontade. Mas, nos nossos pecados pessoais, ratificamos e fazemos nossa, se a graça de Deus não nos ajudar, a decisão pecaminosa de nossos progenitores: assim também nós chegamos a nos rebelar contra Deus.

O pecado original não somente nos diz respeito “externamente”, como por vezes temos a tentação de pensar. Não faltam também interpretações teológicas que seguem essa linha. Não parece, porém, que isso seja suficiente. O concílio de Trento (cf. 450) afirma que esse pecado está em todos como próprio. O concílio queria se opor precisamente às tentativas de explicação meramente “extrínsecistas” do pecado original. Ao mesmo tempo o texto insiste sobre o que já foi afirmado anteriormente: o pecado original não tem em nós o caráter de culpa pessoal. Também essa é uma afirmação que, com razão, o Catecismo deseja dar peso para evitar equívocos que possam levar a rejeitar toda a doutrina do pecado original. Com efeito, poder-se-ia argumentar da seguinte maneira: “dado que não é possível que o pecado de outro seja meu, não tem sentido algum a doutrina do pecado original”. Depois do que foi dito, fica claro que o pressuposto do qual parte esse raciocínio não é exato: a Igreja não ensina que o pecado de Adão seja nosso no mesmo sentido de que é dele. A privação da santidade e da justiça original atinge a natureza e a fere: mas não a corrompeu totalmente. O catecismo alude brevemente à doutrina católica da concupiscência que, segundo o que afirma o concílio de Trento (cf. DS 1515), provém do pecado e inclina para ele, mas não é pecado em senso estrito (ao menos no batizado). O batismo, nos dando a graça, cancela o pecado original e nos faz voltar de novo a Deus. O batizado permanece internamente transformado, santificado. Nele não há nada que Deus odeie. Mas isso não quer dizer que tenham desaparecidos todos os efeitos e as consequências do pecado. A vida cristã foi comparada muitas vezes a um combate. Com a confiança posta em Deus e na sua graça, o cristão pode sair vitorioso dessa luta.

O parágrafo 406 dá algumas informações históricas interessantes. Dois são os momentos-chaves para compreender o desenvolvimento da doutrina do pecado original: a luta de Santo Agostinho contra os pelagianos e a reação católica no concílio de Trento contra as doutrinas protestantes. Os primeiros reduziam a influência de Adão a um mero mau exemplo. Tendiam também a considerar que Cristo é somente um bom exemplo e, por isso, a afirmar que não precisamos da sua graça para o bem. Os primeiros reformadores protestantes, por outro lado, tendiam para o extremo oposto, ou seja, a considerar a natureza humana totalmente corrompida e incapaz de fazer bem algum. Diante dessas posições extremas, a doutrina do pecado original que a Igreja propõe (no concílio de Orange em 529, e antes dele no concílio de Cartago em 418, mas sobretudo no concílio de Trento, V Sessão em 1546), segue o caminho do meio. Insiste sobre a realidade do pecado original e sobre a impossibilidade de se libertar dele somente com as próprias forças: somente pelos méritos de Cristo, que são aplicados a nós no batismo, podemos nos ver livres dele. Por outro lado, não considera o homem totalmente corrompido. O homem pecador continua a ser criatura de Deus, continua a ser amado por Deus. A sua bondade criatural, certamente ferida, permanece. Por isso é capaz, sempre movido por Deus e pela sua graça, de acolher o dom do perdão que Deus lhe oferece e de cooperar na própria justificação.

A ideia do combate, já anteriormente mencionada, reaparece no parágrafo 407. Esse parágrafo acrescenta novos conteúdos doutrinários ao “duro combate” e é um convite ao

realismo. A doutrina do pecado original nos ajuda a compreender o homem e o mundo. Pascal dizia que o pecado original é muito difícil de compreender. Mas sem ele muitas coisas se tornam ainda mais incompreensíveis. Esquecer a situação em que o pecado pôs o homem e certo domínio que o seu poder exercita sobre nós, a nossa inclinação ao mal, etc. não leva a bom resultado algum. Essa advertência ao sadio realismo não é pessimista. O Catecismo não separa o pecado da redenção. Pelo contrário repropõe essa união profunda nesse parágrafo.

O parágrafo 408, depois de lembrar a condição real do homem, torna a fazer algumas observações teológicas de relevo. O pecado de Adão teve consequências para a humanidade. Mas têm consequências também os outros pecados, que são, por sua vez, consequências da força do pecado provocada pelo primeiro pecado. A privação da santidade e da justiça originárias favoreceu o fato de que todos tenham cometido o pecado pessoal. Esse pecado pessoal, por sua vez, não pôde não ter tido consequências negativas nos outros seres humanos. A partir do primeiro pecado o “pecado do mundo” aumenta como uma bola de neve. A condição pecaminosa do mundo e da humanidade abraça, portanto, todos esses pecados. Os pecados pessoais criam situações e estruturas que são fonte de novos pecados. É muito acertado que o Catecismo tenha reproduzido essas intuições teológicas e do magistério no contexto da doutrina do pecado original: não se trata somente do fato de que soframos as consequências do pecado dos inícios, mas que também o nosso próximo sofra as consequências do nosso pecado e da nossa infidelidade a Deus. Todos nós contribuimos para aumentar no mundo a força do pecado. O “pecado do mundo” nos ajuda a compreender que a doutrina do pecado original é, ao mesmo tempo, um capítulo da mesma. O mundo se encontra, segundo as Escrituras, “sob o poder do maligno”. O Catecismo já menciona o poder do diabo e os seus limites no mesmo parágrafo. Não podemos interpretar a afirmação do parágrafo 409 em um senso absoluto, sem levar em conta o que foi dito antes. Esse poder real, porém, é a causa da batalha contra o poder do mal que Cristo iniciou e que durará até o fim. Todos estão envolvidos nessa luta.





2. “Não os abandonastes ao poder da morte”

A liturgia (Oração Eucarística IV) retoma com essa frase sintética o ensinamento da Escritura e da Tradição: Deus não abandonou o homem depois do pecado. O par. 410 recorda os pontos fundamentais de Gn 3: Deus vai em busca do homem, que se escondeu, e o chama; não amaldiçoa nem o homem nem a mulher, mas a serpente. E sobretudo anuncia de modo misterioso a salvação. A tradição cristã chama Gn 3,15 de “Protoevangelho”. Somente à luz de Cristo se compreende profundamente o senso último dessa promessa inicial de salvação.

Jesus, com a sua obediência, inaugurou um novo modo de ser homem, contraposto ao da desobediência que assinalou a existência de Adão e dos que vieram depois dele. Na sua obediência ao Pai, entregando-se à morte de cruz, ele é o redentor dos homens, aquele que os liberta do pecado. Unida intimamente a Jesus, que não conhece pecado e que nos libertou dele, a tradição da Igreja contempla Maria. Ela é a “nova Eva” que, com a sua obediência ao desígnio do Pai, tornou possível a encarnação do Verbo, o novo Adão (em contraposição a Eva que, com a sua desobediência, induziu Adão a também desobedecer). Maria aparece assim associada intimamente à obra de Jesus. A definição dogmática da Imaculada Conceição foi promulgada em 1854 (cf. DS 2803) e diz respeito à isenção do pecado original.

Por que Deus permitiu o pecado? Retorna com essa pergunta o problema do mal, que o catecismo já enfrentou. Deus criou o homem livre e respeita a sua liberdade. Além disso, nada impede que Deus tire o bem dos piores males. A revelação do seu imenso amor, que entrega o seu Filho para nós quando éramos inimigos (cf. Rm 5,6ss) não poderia ter sido produzida sem o pecado. Agora podemos conhecer a infinita grandeza da sua misericórdia. A graça de Cristo é mais forte do que o pecado: onde abundou o pecado, a graça excedeu (Rm 5,20). O Catecismo recorda o ensinamento de Santo Tomás de Aquino segundo o qual nada impede que Deus tenha determinado dar ao homem bens maiores mesmo depois do pecado, assim como a bela exclamação do precônio pascal: “O Felix culpa!” (Ó culpa feliz!).

Fonte: extraído quase integralmente e traduzido de LADARIA, LUIS F., “L’Uomo”; in: *Catechismo della Chiesa Cattolica. Testo integrale e commento teológico*. 1993, Edizioni Piemme, p. 699-705.